Agusars S.A.

CNPJ/MF nº 04.212.396/0001-91 – NIRE 35300415027 | Código CVM nº 02732-4

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2024

Data e Local: Aos 30 de dezembro de 2024, às 10 horas, na sede da **Agusars S.A. ("Companhia")**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Guido Caloi, nº 1985, Galpão 23, Jardim São Luis, CEP 05802-140. **Convocação e Presença:** A convocação dispensada em razão da presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.). **Mesa:** Sr. João Luis Pereira Lima Filho – Presidente; e Sr. Rene Vaz de Almeida – Secretário. **Ordem do Dia:** apreciar e deliberar sobre (I) Alteração da Razão Social da Companhia para Voke S.A.; (II) Alteração do objeto social da Companhia para incluir as atividades de Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos e Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; (III) Alterar o Parágrafo 3º e 4º, do Artigo 9º do Estatuto Social; (IV) Alterar o Artigo 19 do Estatuto Social; (V) Autorização para que os Diretores da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas, podendo, para tanto, assinar todos os documentos e cumprir todas as formalidades necessárias, e, ainda, ratificar todos os atos porventura já praticados pelos administradores, por procuradores e/ou representantes da Companhia relacionados às deliberações acima; (VI) Consolidar o Estatuto Social para refletir as deliberações ocorridas. **Deliberações:** após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, o acionista da Companhia resolveu, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, aprovar as matérias da ordem do dia, de acordo com os termos e condições descritos abaixo: **1. Alterar a Razão Social da Companhia de Agusars S.A. para Voke S.A.** 1.1. Em decorrência da alteração da Razão Social, o **Artigo 1º** do Estatuto Social da Companhia, passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 1º – A Voke S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.")**. 2. Alterar do objeto social da Companhia de: (i) locação de computadores, máquinas e equipamentos para informática, conserto de computadores, máquinas e equipamentos de informática, prestação de serviços na área de recursos humanos e o comércio varejista de equipamentos da área de informática e eletrônicos; (ii) desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; (iii) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; comércio atacadista de equipamentos de informática; consultoria em tecnologia da informação; (iv) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (v) serviços de redes de transportes de telecomunicações – SRTT; (vi) serviços de telecomunicações por fio (interconexão entre redes); (vii) telecomunicações por satélite, serviços especiais de telecomunicações, serviços de provedores de acesso à rede de telecomunicações em prédios ou para pessoas jurídicas com atividades específicas; (viii) comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação; (ix) provedores de voz sobre protocolo internet – VOIP; provedores de acesso às redes de comunicações; serviços de comunicação multimídia – SCM; (x) serviços de telefonia fixa comutada – STFC, de longa distância nacional e internacional e fixa local; (xi) reparação e manutenção de equipamentos de comunicação. **Para:** (I) **locação de computadores, máquinas e equipamentos para informática, conserto de computadores, máquinas e equipamentos de informática, prestação de serviços na área de recursos humanos e o comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática;** (II) **desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis;** (III) **comércio atacadista de equipamentos de informática;** (IV) **consultoria em tecnologia da informação;** (V) **suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação** (VI) **comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação;** (VII) **serviços de comunicação multimídia – SCM;** (VIII) **reparação e manutenção de equipamentos de comunicação;** (IX) **Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos;** (X) **Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis**" 2.2. Em decorrência da alteração acima, o **Artigo 3º** do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 3º – A Companhia tem por objeto social:** (I) locação de computadores, máquinas e equipamentos para informática, conserto de computadores, máquinas e equipamentos de informática, prestação de serviços na área de recursos humanos e o comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; (II) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; (III) comércio atacadista de equipamentos de informática; (IV) consultoria em tecnologia da informação; (V) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (VI) comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação; (VII) serviços de comunicação multimídia – SCM; (VIII) reparação e manutenção de equipamentos de comunicação; (IX) Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos; (X) Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis" 3. Alterar o Parágrafo 3º e 4º, do Artigo 9º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 9º – As Assembleias Gerais da Companhia serão realizadas, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, nos termos do artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. Parágrafo 1º – A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentos em ata única. Parágrafo 2º – As Assembleias Gerais da Companhia deverão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado. As convocações deverão ser realizadas mediante anúncio publicado, conforme disposto a Lei das S.A., devendo a primeira convocação ser feita com, no mínimo, 21 (vinte e um) dias de antecedência e a segunda convocação com antecedência mínima de 8 (oito) dias. Parágrafo 3º – As Assembleias Gerais somente poderão ser instaladas (I) em primeira convocação, com a presença de acionistas representando 2/3 (dois terços) do capital social da Companhia; e (II) em segunda convocação, com qualquer quórum, sempre observado o disposto no Artigo 11. Parágrafo 4º – As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas por membro do Conselho de Administração, por um Diretor ou por acionista escolhido e indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. Ao Presidente da Assembleia Geral caberá a escolha de um secretário. Parágrafo 5º – Não obstante as formalidades aqui previstas relacionadas à convocação das Assembleias Gerais, a Assembleia Geral será considerada regularmente convocada quando comparecerem todos os acionistas. Parágrafo 6º – Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei das S.A." 4. Alterar o Artigo 19 do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 19 – Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e regulamentos aplicáveis, bem como por este Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração: (I) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando previamente suas políticas empresariais, planos, projetos e orçamentos anuais e plurianuais; (II) eleger e destituir os Diretores da Companhia, bem como estabelecer sua remuneração, respeitando os limites definidos pela Assembleia Geral; (III) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia, solicitando, através do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (IV) convocar a Assembleia Geral, nos termos do § 2º do artigo 9º deste Estatuto Social; (V) manifestar-se sobre o relatório e as demonstrações financeiras preparadas pela Diretoria e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício; (VI) escolher e destituir os auditores independentes; (VII) deliberar sobre a criação, extinção ou incorporação de controladas e subsidiárias da Companhia; (VIII) aprovar programas de outorgas de opções de ações com base nos planos de remuneração baseada em ações, aprovados em Assembleia Geral, aos administradores e empregados da Companhia, bem como pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (IX) deliberar e aprovar as condições para a contratação e/ou renovação, pela Companhia, de seguros de responsabilidade civil (D&O) para todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia e/ou a celebração de contratos de indenização entre a Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; (X) deliberar sobre a emissão de debêntures simples e/ou notas comerciais, podendo as debêntures ser de qualquer espécie, inclusive com ou sem garantias reais e/ou fiduciárias; (XI) deliberar sobre a emissão de valores mobiliários para oferta pública de distribuição de valores mobiliários, conforme definidos pela Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 6º, deste Estatuto Social; (XII) aprovar a celebração, aditamento ou qualquer modificação de quaisquer contratos financeiros (incluindo empréstimos, financiamento, linhas de crédito, intercompany loans e operações com derivativos) de valor superior ao valor equivalente, em Reais, a US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares americanos), exceto se tais contratos financeiros estiverem estabelecidos em orçamento anual da Companhia ou se forem relacionados ao curso normal dos negócios da Companhia; (XIII) aprovar a aquisição de bens e/ou direitos pela Companhia em valor superior ao valor equivalente, em Reais, a US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares americanos); (XIV) aprovar a celebração, aditamento, ou qualquer modificação de contratos que representem endividamento ou assunção de obrigações em valor superior ao valor equivalente, em Reais, a US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares americanos); (XV) autorizar a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia e/ou de suas controladas em valor superior ao equivalente, em Reais, a US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares americanos), ficando, entretanto, expressamente vedada a outorga de garantias pela Companhia a obrigações de terceiros; (XVI) autorizar a celebração, aditamento ou qualquer modificação de contratos relevantes ou acordos com obrigação de pagamentos pela Companhia que exceda US\$ 50.000 (cinquenta mil dólares americanos) individualmente ou em conjunto, exceto quando estabelecido no orçamento anual da Companhia ou seja relacionado ao curso normal dos seus negócios; (XVII) autorizar a celebração, aditamento ou qualquer modificação de contratos ou acordos de venda ou que envolvam geração de renda pela Companhia que exceda US\$ 150.000 (cento e cinquenta mil dólares americanos) individualmente ou em conjunto, exceto quando estabelecido no orçamento anual da Companhia ou seja relacionado ao curso normal dos seus negócios; (XVIII) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral; (XIX) exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei, pelo presente Estatuto; e (X) resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto, não confira a outro órgão da Companhia." 5. Autorizar a alteração o Artigo 24, Caput, do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 24 – Compete fundamentalmente aos Diretores: (a) zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social; (b) coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (d) propor ao Conselho de Administração a destinação do lucro líquido do exercício e a constituição de reservas de capital ou de lucros; (e) autorizar o levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores e propor ao Conselho de Administração a distribuição de dividendos intermediários, com base no lucro líquido apurado em tais balanços, ou à conta de lucros ou reserva de lucros; (f) gerenciar, administrar e efetuar a supervisão diária dos negócios e assuntos da Companhia e de todas as decisões relacionadas às atividades rotineiras e inerentes e necessárias ao objeto social da Companhia; (g) preparar as demonstrações financeiras da Companhia e se responsabilizar pela escrituração dos livros e registros contábeis, tributários e societários da Companhia; (h) autorizar a celebração de qualquer acordo ou outra decisão com relação a qualquer litígio, arbitragem, mediação, investigação, processo administrativo ou equivalente (incluindo qualquer processo de falência em que a Companhia tenha interesse); e (i) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração."** 6. Autorizar os Diretores da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas, podendo, para tanto, assinar todos os documentos e cumprir todas as formalidades necessárias, e, ainda, ratificar todos os atos porventura já praticados pelos administradores, por procuradores e/ou representantes da Companhia relacionados às deliberações acima. 7. A Consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma do Anexo I, à presente ata, refletindo todas as deliberações acima tomadas. **Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e por todos os presentes assinada. **Assinaturas:** Mesa: Sr. Rene Vaz de Almeida – Presidente; e Sr. João Luis Pereira Lima Filho – Secretário. Acionista: 220 Capital Investimentos e Participações S.A. (por Rene Vaz de Almeida e João Luis Pereira Lima Filho). São Paulo, 30 de dezembro de 2024. **Mesa: Rene Vaz de Almeida – Presidente; João Luis Pereira Lima Filho – Secretário. Acionista: 220 Capital Investimentos e Participações S.A.** por Rene Vaz de Almeida e João Luis Pereira Lima Filho. **Anexo I: Estatuto Social: Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Prazo: Artigo 1º – A Voke S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.")**. **Artigo 2º – A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Guido Caloi, nº 1985, Galpão 23, Jardim São Luis, CEP 05802-140. Parágrafo Único – A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, a qualquer tempo, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.** **Artigo 3º – A Companhia tem por objeto social:** (I) locação de computadores, máquinas e equipamentos para informática, conserto de computadores, máquinas e equipamentos de informática, prestação de serviços na área de recursos humanos e o comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; (II) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; (III) comércio atacadista de equipamentos de informática; (IV) consultoria em tecnologia da informação; (V) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (VI) comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação; (VII) serviços de comunicação multimídia – SCM; (VIII) reparação e manutenção de equipamentos de comunicação; (IX) Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos; (X) Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis. **Artigo 5º – O prazo de duração da Companhia será indeterminado. Capítulo II – Capital Social e Ações: Artigo 5º – O capital social da Companhia é de R\$ 105.670.527,85 (cento e cinco milhões, seiscentos e setenta mil, quinhentos e vinte e sete reais com oitenta e cinco centavos),******

totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 27.123.015 (vinte e sete milhões, cento e vinte e três mil e quinze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º – A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais da Companhia, sem prejuízo dos demais direitos previstos neste Estatuto Social e na legislação aplicável. Parágrafo 2º – É proibida a emissão de partes beneficiárias. Artigo 8º – A Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, com a observância do presente Estatuto Social, até o limite de 81.369.045 (oitenta e um milhões, trezentas e sessenta e nove mil e quarenta e cinco) ações. Parágrafo 1º – Dentro do limite do capital autorizado neste Artigo, o Conselho de Administração fixará o número, preço e prazo de integralização e as demais condições para a emissão de ações. Parágrafo 2º – Desde que realizado dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga ou no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações. **Artigo 7º – Os acionistas terão preferência, na proporção das respectivas participações, para a subscrição dos aumentos de capital da Companhia, nos termos da legislação em vigor. Parágrafo Único – A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos Artigos 257 a 263 da Lei das S.A., ou, ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício. **Artigo 8º –** Nos casos previstos em lei, o valor de reembolso das ações a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da Assembleia Geral que tenham exercido direito de retirada deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação aceita nos termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 45 da Lei das S.A., sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral. **Capítulo III – Assembleias Gerais: Artigo 9º – As Assembleias Gerais da Companhia serão realizadas, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, nos termos do artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. Parágrafo 1º – A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentos em ata única. Parágrafo 2º – As Assembleias Gerais da Companhia deverão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado. As convocações deverão ser realizadas mediante anúncio publicado, conforme disposto a Lei das S.A., devendo a primeira convocação ser feita com, no mínimo, 21 (vinte e um) dias de antecedência e a segunda convocação com antecedência mínima de 8 (oito) dias. Parágrafo 3º – As Assembleias Gerais somente poderão ser instaladas (I) em primeira convocação, com a presença de acionistas representando 2/3 (dois terços) do capital social da Companhia; e (II) em segunda convocação, com qualquer quórum, sempre observado o disposto no Artigo 11. Parágrafo 4º – As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas por membro do Conselho de Administração, por um Diretor ou por acionista escolhido e indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. Ao Presidente da Assembleia Geral caberá a escolha de um secretário. Parágrafo 5º – Não obstante as formalidades aqui previstas relacionadas à convocação das Assembleias Gerais, a Assembleia Geral será considerada regularmente convocada quando comparecerem todos os acionistas. Parágrafo 6º – Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei das S.A. **Artigo 10º –** Além de outras matérias de competência da Assembleia Geral previstas na Lei das S.A. e/ou neste Estatuto Social, competirá à Assembleia Geral da Companhia decidir sobre as seguintes matérias: (I) alterar o objeto social da Companhia; (II) aumentar ou reduzir o capital social da Companhia; (III) reformar o Estatuto Social da Companhia; (IV) autorizar a criação de ações preferenciais ou criação de nova classe de ações preferenciais ou aumento de classe de preferências existentes, guardando ou não proporção com as demais classes de ações preferenciais, salvo se já previstas ou autorizadas pelo Estatuto Social, bem como alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais; (V) deliberar sobre operações de transformação, fusão, incorporação, incorporação de ações e/ou cisão envolvendo a Companhia; (VI) deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia, nomeação e destituição dos liquidantes e cessação do estado de liquidação da Companhia; (VII) autorizar os administradores a ingressar com o requerimento de autofalência ou com o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; (VIII) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia observadas, a respeito, as disposições constantes da lei aplicável e deste Estatuto Social; (IX) definir a remuneração da administração da Companhia; (X) tomar anualmente as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (XI) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social e sobre a distribuição de dividendos; (XII) deliberar sobre a realização de qualquer negócio ou operação pela Companhia com qualquer parte relacionada, independentemente da natureza do negócio ou operação ou do valor envolvido, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado; **Artigo 11 –** Ressalvadas as exceções previstas em lei, a aprovação de qualquer matéria em Assembleia Geral da Companhia dependerá da maioria absoluta de votos. **Capítulo IV – Administração: Seção I – Disposições Gerais: Artigo 12 –** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, de acordo com as disposições legais aplicáveis e o presente Estatuto Social, sendo que os cargos de Presidente do Conselho de Administração e do Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **Parágrafo 1º –** Os administradores estão dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Parágrafo 2º –** O Conselho de Administração e a Diretoria, para melhor desempenho de suas funções, poderão criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sempre no intuito de assessorá-los. Os membros dos comitês ou dos grupos de trabalho serão designados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme o caso. **Parágrafo 3º –** A investidura dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria nos cargos far-se-á mediante assinatura de termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, observados os demais requisitos legais aplicáveis. **Parágrafo 4º –** Os administradores deverão permanecer em seu cargo e no exercício de suas funções até que seus substitutos sejam eleitos e empossados (seu respectivo prazo de mandato sendo estendido até esta data), exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. **Parágrafo 5º –** Ressalvado o disposto no presente Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes. **Parágrafo 6º –** Só é dispensada a convocação prévia da reunião do Conselho de Administração e da Diretoria como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. Caso não estejam fisicamente presentes, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria poderão manifestar seu voto por meio de: (a) delegação de poderes feita em favor de outro membro do respectivo órgão, (b) voto escrito enviado antecipadamente e (c) voto escrito transmitido por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, bem como por sistema de áudio ou videoconferência ou outros meios semelhantes, desde que permitam a identificação e participação efetiva na reunião, de forma que os participantes consigam simultaneamente ouvir uns aos outros. **Parágrafo 7º –** A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição entre seus membros e entre os membros da Diretoria. **Parágrafo 8º –** Nos termos do artigo 156 da Lei das S.A., os administradores da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão identificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento. **Parágrafo 9º –** O Conselho de Administração deverá disponibilizar para os acionistas contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros valores mobiliários de sua emissão, se houver. **Seção II – Conselho de Administração: Subseção I – Conselho: Artigo 13 –** O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros ("Conselheiros"), todos eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. **Parágrafo 1º –** O mandato dos Conselheiros é de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, e inicia-se com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral. **Parágrafo 2º –** O membro do Conselho de Administração deverá ter reputação ilibada não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, quem: (i) atuar como administrador, conselheiro, consultor, advogado, auditor, executivo, empregado ou prestador de serviços em sociedades que se envolvam em atividades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. O membro do Conselho de Administração não poderá exercer direito de voto caso se configurem, supervenientemente à eleição, os mesmos fatores de impedimento, sem prejuízo do disposto no Parágrafo 6º deste Artigo. **Parágrafo 3º –** O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões do Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia. **Parágrafo 4º –** Na hipótese de vacância de qualquer dos cargos de membro do Conselho de Administração, o membro substituído será eleito pelo voto da maioria dos demais conselheiros efetivos e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando se procederá à eleição de novo membro. No caso de vacância por destituição, renúncia, morte ou interdição, um novo membro deverá ser indicado. **Parágrafo 5º –** O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente que será eleito pela maioria de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros. **Parágrafo 6º –** No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas funções devem ser exercidas pelo conselheiro efetivo indicado para tanto pela maioria dos demais conselheiros. No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer outro conselheiro, suas funções devem ser exercidas por outro conselheiro a quem tenha outorgado poderes para tanto, ou, não tendo habido tal outorga, pelo conselheiro efetivo indicado pelos demais conselheiros para assumir tais funções. **Subseção II – Reuniões: Artigo 14 –** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente trimestralmente, e extraordinariamente sempre que for do interesse da Companhia. **Artigo 15 –** As reuniões serão convocadas por qualquer Conselheiro com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência, mediante carta protocolada com aviso de recebimento, endereçada a cada um dos membros do Conselho de Administração, na qual constará (I) a data, hora e local da reunião; (II) a ordem do dia; e (III) cópias de todos os documentos e propostas relacionados aos temas constantes da ordem do dia. A convocação poderá ser dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os Conselheiros. **Artigo 16 –** As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede da Companhia, no Brasil ou em outro país, sendo permitida para a participação dos Conselheiros a utilização de qualquer meio eletrônico que permita conversa entre pessoas em tempo real, tal como videoconferência e teleconferência. **Artigo 17 –** As reuniões do Conselho de Administração instalam-se com a presença da maioria de seus membros. **Artigo 18 –** Nas reuniões do Conselho de Administração: (I) um Conselheiro poderá ser representado por outro Conselheiro, bastando, para tanto, que o Conselheiro presente mostre procuração específica para a reunião em pauta, incluindo o voto do membro do Conselho de Administração ausente e a justificativa do Conselheiro ausente. Referida procuração poderá ser apresentada por meio eletrônico escrito até o término da reunião do Conselho de Administração; (II) um Conselheiro poderá se fazer acompanhado por um assessor com conhecimento técnico específico de determinada matéria constante da ordem do dia, que não terá direito a voto, mas que poderá participar da reunião e das discussões de tal matéria; e (III) serão válidos os votos proferidos pelo Conselheiro que estiver ausente à reunião, e que forem feitos por correio eletrônico, telefone ou qualquer meio eletrônico reconhecido e factível de comprovação. **Subseção III – Competência: Artigo 19 –** Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e regulamentos aplicáveis, bem como por este Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração: (xxi) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando previamente suas políticas empresariais, planos, projetos e orçamentos anuais e plurianuais; (xii) eleger e destituir os Diretores da Companhia, bem como estabelecer sua remuneração, respeitando os limites definidos pela Assembleia Geral; (xiii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia, solicitando, através do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (xiv) convocar a Assembleia Geral, nos termos do § 2º do artigo 9º deste Estatuto Social; (xv) manifestar-se sobre o relatório e as demonstrações financeiras preparadas pela Diretoria e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício; (xvi) escolher e destituir os auditores independentes; (xvii) deliberar sobre a criação, extinção ou incorporação de controladas e subsidiárias da Companhia; (xviii) aprovar programas de outorgas de opções de ações com base nos planos de remuneração baseada em ações, aprovados em Assembleia Geral, aos administradores e empregados da Companhia, bem como pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (xix) aprovar as condições para a contratação e/ou renovação, pela Companhia, de seguros de responsabilidade civil (D&O) para todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia e/ou a celebração de contratos de indenização entre a Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; (xx) deliberar sobre a emissão de debêntures simples e/ou notas comerciais, podendo as debêntures ser de qualquer espécie, inclusive com ou sem garantias reais e/ou fiduciárias; (xxi) deliberar sobre a emissão de valores mobiliários para oferta pública de distribuição de valores mobiliários, conforme definidos pela Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 6º, deste Estatuto Social; (xxii) aprovar a celebração, aditamento ou qualquer modificação de quaisquer contratos financeiros (incluindo empréstimos, financiamento, linhas de crédito, intercompany loans e operações com derivativos) de valor superior ao valor equivalente, em Reais, a US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares americanos), exceto se tais contratos financeiros estiverem estabelecidos em orçamento anual da Companhia ou se forem relacionados ao curso******

normal dos negócios da Companhia; (xxiii) aprovar a aquisição de bens e/ou direitos pela Companhia em valor superior ao valor equivalente, em Reais, a US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares americanos); (xxiv) aprovar a celebração, aditamento, ou qualquer modificação de contratos que representem endividamento ou assunção de obrigações em valor superior ao valor equivalente, em Reais, a US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares americanos); (xxv) autorizar a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia e/ou de suas controladas em valor superior ao equivalente, em Reais, a US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares americanos), ficando, entretanto, expressamente vedada a outorga de garantias pela Companhia a obrigações de terceiros; (xxvi) autorizar a celebração, aditamento ou qualquer modificação de contratos relevantes ou acordos com obrigação de pagamentos pela Companhia que exceda US\$ 50.000 (cinquenta mil dólares americanos) individualmente ou em conjunto, exceto quando estabelecido no orçamento anual da Companhia ou seja relacionado ao curso normal dos seus negócios; (xxvii) autorizar a celebração, aditamento ou qualquer modificação de contratos ou acordos de venda ou que envolvam geração de renda pela Companhia que exceda US\$ 150.000 (cento e cinquenta mil dólares americanos) individualmente ou em conjunto, exceto quando estabelecido no orçamento anual da Companhia ou seja relacionado ao curso normal dos seus negócios; (xxviii) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral; (xxix) exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei, pelo presente Estatuto; e (x) resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto, não confira a outro órgão da Companhia. **Seção III – Diretoria: Subseção I – Composição: Artigo 20 –** A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 (três) Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e o outro o Diretor de Relações com Investidores, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 1º –** Apenas poderão ser eleitos como Diretores da Companhia pessoas naturais que cumpram os requisitos estabelecidos na legislação aplicável e tenha capacidade técnica e idoneidade compatíveis com o cargo a ser exercido. **Parágrafo 2º –** No caso de ausência ou impedimento temporários de qualquer Diretor, este deverá ser substituído interinamente por substituído designado pela Diretoria até o preenchimento do cargo na primeira Reunião do Conselho de Administração que vier a ser realizada, devendo o Diretor substituído completar o mandato do Diretor substituído. **Artigo 21 –** A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por lei ou pelo presente Estatuto Social dependam de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Parágrafo Único –** É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador, procurador ou funcionário da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao objeto social, exceto se prévia e expressamente autorizado pela Assembleia Geral, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator desse dispositivo. **Subseção II – Reuniões: Artigo 22 –** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem para decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, preferencialmente na sede da Companhia, podendo as reuniões serem realizadas em local diverso se todos os membros julgarem conveniente e acordarem previamente e por escrito nesse sentido. **Parágrafo 1º –** As reuniões da Diretoria deverão ser convocadas por qualquer dos Diretores por e-mail com confirmação eletrônica de entrega, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para a reunião, devendo conter a ordem do dia, o local e estar acompanhada da documentação relativa à ordem do dia ou estar acompanhada de indicação de que a documentação está disponível na sede da Companhia. **Parágrafo 2º –** Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros da Diretoria. **Parágrafo 3º –** As reuniões da Diretoria serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da totalidade dos Diretores e, em segunda convocação, com qualquer número. **Parágrafo 4º –** É permitida a participação nas reuniões da Diretoria por meio de sistema de conferência telefônica, videoconferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro da Diretoria e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria serão considerados presentes à reunião e deverão, posteriormente, assinar a correspondente ata. **Parágrafo 5º –** Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas das Reuniões da Diretoria e assinadas pelos membros da Diretoria presentes. **Artigo 23 –** As deliberações da Diretoria serão tomadas por voto afirmativo da maioria dos membros da Diretoria. **Artigo 24 –** Compete fundamentalmente aos Diretores: (a) zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social; (b) coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (d) propor ao Conselho de Administração a destinação do lucro líquido do exercício e a constituição de reservas de capital ou de lucros; (e) autorizar o levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores e propor ao Conselho de Administração a distribuição de dividendos intermediários, com base no lucro líquido apurado em tais balanços, ou à conta de lucros ou reserva de lucros; (f) gerenciar, administrar e efetuar a supervisão diária dos negócios e assuntos da Companhia e de todas as decisões relacionadas às atividades rotineiras e inerentes e necessárias ao objeto social da Companhia; (g) preparar as demonstrações financeiras da Companhia e se responsabilizar pela escrituração dos livros e registros contábeis, tributários e societários da Companhia; (h) autorizar a celebração de qualquer acordo ou outra decisão com relação a qualquer litígio, arbitragem, mediação, investigação, processo administrativo ou equivalente (incluindo qualquer processo de falência em que a Companhia tenha interesse); e (i) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Parágrafo 1º –** Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; e (ii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, e conforme aplicável, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia. **Parágrafo 2º –** Compete ao Diretor Presidente, individualmente e, na sua ausência, ao Diretor Vice-Presidente, coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele confiados pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração; (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; (iii) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição; (iv) elaborar e apresentar, anualmente, ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; (v) colaborar com o Diretor de Relações com Investidores no desempenho de suas funções; (vi) representar a Companhia nos termos previstos neste Estatuto Social; (vii) assegurar o cumprimento das leis vigentes e do presente Estatuto Social; (viii) emitir e aprovar diretrizes e normativos internos que considere úteis ou necessários; e (ix) administrar os assuntos de governança corporativa e compliance em geral. **Parágrafo 3º –** Compete ao Diretor Vice-Presidente (i) Substituir o Diretor Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários; e (ii) Auxiliar o Diretor Presidente na supervisão, coordenação, direção e administração das atividades e dos negócios da Companhia e em todas as tarefas que este lhe consignar. **Artigo 25 –** A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, da seguinte forma: (i) por 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto; ou (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, desde que investidos de especiais e expressos poderes; ou (iii) por 2 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo Único –** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia e assinadas por 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade determinado. **Seção IV – Comitês de Assessoramento: Artigo 26 –** O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês de assessoramento ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que serão compostos por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia ou aos seus afiliados. Caberá ao Conselho de Administração a aprovação do regimento interno dos comitês ou grupos de trabalho eventualmente criados, bem como a eleição de seus membros. Os comitês da Companhia terão somente caráter consultivo e não terão qualquer poder decisório. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Artigo 27 –** A Companhia terá um Conselho Fiscal, não permanente, que poderá ser instalado quando solicitado por acionistas na forma prescrita na Lei das S.A. **Parágrafo 1º –** O Conselho Fiscal, em primeira convocação, será composto por 3 (três) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido seu funcionamento, observada a qualificação e demais requisitos estabelecidos na Lei das S.A. **Parágrafo 2º –** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de registro de atas das Reuniões do Conselho Fiscal. **Parágrafo 3º –** O funcionamento do Conselho Fiscal, a competência, os deveres e as responsabilidades dos Conselheiros obedecerão ao disposto na Lei das S.A. **Parágrafo 4º –** Quando em funcionamento, os membros efetivos do Conselho Fiscal farão jus aos honorários fixados pela Assembleia Geral, respeitado o limite legal. **Capítulo VI – Exercício Social e Lucros: Artigo 28 –** O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na Lei das S.A. **Parágrafo 1º –** A Companhia poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros apurados nestes balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de reserva de lucros existentes nos últimos balanços anual ou semestral, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo 2º –** A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995 e legislação pertinente, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório. **Artigo 29 –** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Do lucro líquido do exercício, destinar-se-ão: (I) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até o máximo previsto em lei, reserva essa que poderá ser posteriormente capitalizada ou compensada com prejuízos; (II) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (III) uma parcela não superior à diferença entre (a) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (b) a reserva indicada no item (II) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia; e (IV) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A. **Capítulo VII – da Liquidação da Companhia: Artigo 30 –** A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados na Lei das S.A., cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. **Parágrafo Único –** A Assembleia Geral nomeará o liquidante, e as formas e diretrizes a seguir e fixará os seus honorários. **Capítulo VIII – Disposições Gerais: Artigo 31 –** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. **Artigo 32 –** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A. **Artigo 33 –** Dentro dos limites estabelecidos neste Artigo, a Companhia indenizará e manterá indemnes seus Conselheiros de Administração, Diretores, membros de Comitês e demais empregados que exercam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia. **Parágrafo 1º –** A Companhia não indenizará o Beneficiário por (I) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (II) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (III) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (IV) indenizações decorrentes de ação social prevista no art. 159 da Lei 6.40